

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 2ª Jornal Popular Class.: 11

Data: 20/01/87 Pg.:

Funai articula

190 **“acordo de paz”**

SALVADOR — Embora considere “sob controle” o conflito entre os índios “Kiriri” e os posseiros do povoado de Mirandela, a administração regional da Funai, com sede no município de Paulo Afonso, vai articular uma reunião com o Inera, Instituto de Terras, indígenas e posseiros a fim de tentar negociar um acordo de paz até que seja solucionada definitivamente a questão.

Agentes da Polícia Federal e policiais militares fecharam no último fim de semana as valas abertas por índios e posseiros na estrada que liga os povoados de Marcação e Mirandela, acabando assim com a interdição que há quase duas semanas mantinha ilhados tanto os “Kiriri” quanto os agricultores. Mesmo assim, tanto um lado como o outro continuam tentando manter a interdição, a fim de que o adversário não possa comprar alimentos e remédios.

O técnico indigenista da Funai, José Heleno de Souza, permanece na área tentando apaziguar os ânimos, que ontem voltaram a se acirrar com a notícia, veiculada por uma emissora de TV de Salvador, de que os posseiros seriam obrigados a deixar a área sem que seus direitos fossem mantidos.

DESPEJO

CURITIBA — Um pequeno contingente da Polícia Militar, apenas doze homens, acompanhou sem o uso da força, a retirada de 36 famílias de lavradores sem-terra da Fazenda Bom Pastor, no município de Laranjeiras do Sul, sudoeste do Estado. Os sem-terra estavam na fazenda há quase quatro meses e iam começar a colher

milho, plantado nos 720 hectares da propriedade. Eles foram expulsos exatamente uma semana após o despejo das 750 famílias da Fazenda Curimbatá, no município de Chopinzinho.

O secretário estadual da Reforma Agrária, Walter Peocist, informou ontem que esses 720 hectares (uma área maior de 400 e outras duas de 160) foram vendidos a uma senhora (não soube identificá-la) entre o período de vistoria e o ato de desapropriação, classificado por ele de “muito longo”. Explicou, então, que após a venda, a nova proprietária entrou na Justiça com pedido de reintegração de posse, aprovado na sexta-feira passada pelo Conselho de Magistratura com o uso de força policial. — O que se põe em dúvida, diz o secretário, é a validade ou não da venda. Se ela ficar descaracterizada, será desapropriada novamente e os lavradores reintegrados.

PECADO CAPITAL

Peocist ressaltou, no entanto, que apesar do esforço em reintegrar a área o Estado mantém a sua posição, ou seja, é contrário a qualquer tipo de invasão. — Eles invadiram e cometeram um pecado capital, mas nem por isso o Governo deixa de ver com tristeza uma colheita perdida, após um período de trabalho, por causa de um despejo —. Afirmou que, junto com o Inera, “vai conseguir a caminhada oposta”.

Até ontem, o responsável pelo movimento dos sem-terra no Paraná, Roberto Baggio, não tinha mais detalhes sobre o despejo dos agricultores.